RESUMO
A escola inclusiva surge como uma opção inovadora em contraposição à antiga escola tradicional e excludente, definindo-se pela sua abertura e aceitação, sem distinção de sexo, idade, origem social, situação econômica, grupo socioeconômico ou necessidades especiais de aprendizagem, para alunos em salas de aula regulares, que geralmente eram excluídos ou expulsos das escolas normais. Abordar a questão da educação inclusiva implica considerar uma transformação da sociedade excludente, de modo que, na construção contínua da democracia e da participação cidadã, todos os setores da sociedade sejam incluídos, sem distinção baseada em condição econômica, sociocultural, étnica, de gênero ou de filiação política. A construção dessa nova sociedade requer a participação de todos os cidadãos, autoridades governamentais e instituições sociais, incluindo a própria educação, que pode promover a equidade e a justiça social para aqueles excluídos não apenas do sistema educacional, mas da sociedade como um todo. As questões que norteiam este trabalho são: O que é uma escola inclusiva? Quais são as suas características? Por que ela é chamada de escola inclusiva? Qual foi o rumo da escola inclusiva? É possível falar em escola inclusiva quando a sociedade é excludente? Quais condições sociais seriam necessárias para que se possa falar em escola inclusiva e, sobretudo, para que ela exista?

PALAVRAS-CHAVE: Escola Inclusiva; Necessidades Especiais; Sociedade.

INTRODUÇÃO
Viver em conjunto e agir de acordo com a abordagem da inclusão social é um processo que exige o envolvimento, ações coordenadas e unificação de critérios de todos os atores sociais, desde a esfera governamental até os responsáveis pela educação dos alunos nas escolas.
Uma das características de uma sociedade inclusiva é a abertura das escolas a toda a população, para que todos os que assim o desejarem tenham um lugar e possam ter acesso a uma educação de qualidade, permanecer no sistema, participar em todas as atividades e práticas socioeducativas, como parte integrante da comunidade educativa e da sociedade em geral.
Igualar oportunidades, reduzir barreiras à aprendizagem, abordar a heterogeneidade e atender às necessidades de todos os alunos é um desafio difícil, especialmente quando insistimos em rotular, separar, distinguir ou discriminar. A educação inclusiva não surgiu do nada; pelo contrário, é o resultado de uma longa jornada, desde o conceito de educação especial até o de escolas de educação especial, passando por escolas de integração, apoio a alunos com necessidades especiais de aprendizagem e, finalmente, chegando ao conceito contemporâneo de educação inclusiva.
No entanto, para alcançarmos uma escola inclusiva, precisamos construir uma sociedade inclusiva, na qual todos se encaixem, com suas diferenças e características únicas, seus talentos e habilidades, seu conhecimento e suas lacunas de compreensão. Uma sociedade democrática não apenas no nome, mas na prática, que faça com que todos os seus membros, todos os cidadãos, se sintam iguais em sua capacidade de participar da vida política, econômica, social e cultural, com acesso a todos os serviços, particularmente saúde, educação e moradia. Uma sociedade que acolhe a todos, independentemente de status social, sexo, idade, crenças ou origem étnica, onde todos temos os mesmos direitos e obrigações, sem privilégios perante a lei ou de qualquer tipo; essa é uma sociedade inclusiva, que oferece oportunidades para todos, sem a ideologia de que oferece as mesmas oportunidades a todos ou que torna todos iguais, porque, na verdade, existem diferenças — não apenas as mencionadas acima, mas também diferenças na capacidade intelectual, nos interesses, nas oportunidades sociais e no nível de escolaridade; em outras palavras, existem classes sociais. Uma sociedade inclusiva, portanto, é aquela que aceita membros de todas as

classes sociais dentro de suas fronteiras, sem discriminação, exclusão ou limitações ao desenvolvimento pessoal e coletivo. Nos termos de Bourdieu, diríamos que existem diferentes tipos de capital, não apenas econômico, mas também social, cultural e simbólico. O importante é que todos os cidadãos tenham um lugar nessa sociedade, sem serem marginalizados das esferas em que a vida comunitária se desenrola. As escolas desempenham um papel fundamental na transformação da sociedade, na transição de uma sociedade de reprodução para uma sociedade de transformação produtiva com equidade e justiça; portanto, devem ser o eixo em torno do qual gira a política de inclusão social, para que a sociedade se veja refletida nelas e se construa como um modelo de democracia, liberdade e tolerância ativa e criativa — isto é, um modelo de aceitação e respeito total pelas diferenças.

## EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO SOCIAL

A educação escolar engloba a educação cívica, que "implica que as pessoas se envolvam em questões relativas à sua comunidade, seja na família, no trabalho, na esfera social ou política". Esse envolvimento também significa solidariedade entre os membros da comunidade escolar, de modo que a responsabilidade pela

os aprendizes tenham acesso a uma escolarização de qualidade, sem distinções, superando a ideia de que apenas permitir a matrícula — mesmo em ambientes segregados — já seria suficiente para cumprir o direito à educação.
b) Superação de modelos seletivos: é urgente pôr fim às práticas de exclusão institucionalizadas, que separam os alunos segundo critérios sociais, culturais, linguísticos, de gênero ou de capacidade. Isso demanda uma reestruturação profunda do sistema educacional, em direção a um modelo único e verdadeiramente inclusivo, no qual cada estudante encontre espaço.
c) Falsas práticas de inclusão: embora a legislação atual proclame princípios de equidade, qualidade e inclusão, na realidade persistem medidas que contradizem esses valores, como a matrícula em escolas especiais ou em classes separadas. Também se mantêm mecanismos pouco inclusivos, como trajetórias escolares desiguais, exames de revalidação, repetência, avaliações padronizadas e apoios externos que reforçam a exclusão.
d) Culturas escolares excludentes: a escola contemporânea ainda se apoia em bases de arbitrariedade cultural e violência simbólica, conforme (BOURDIEU E PASSERON. 1996, p.29).

A cultura acadêmica é considerada arbitrária porque reflete os valores das elites, impostos como verdades universais. Dessa forma, a instituição escolar legitima e reproduz desigualdades, favorecendo os grupos sociais privilegiados e marginalizando outras culturas, o que perpetua a exclusão.
Para que a inclusão seja efetiva, é indispensável promover mudanças tanto na sociedade quanto nas instituições de ensino. Além disso, as escolas precisam ser equipadas com recursos e estratégias capazes de atender plenamente à diversidade existente entre os alunos.
A preparação de professores voltada para a inclusão educacional tem se tornado um dos principais temas em relatórios e debates políticos nos últimos anos, como aponta Vaillant (2009, p.107):

Existe um consenso de que não é possível garantir a plena participação dos estudantes em ambientes inclusivos sem a intervenção direta e consciente dos docentes. Reconhecer a centralidade do professor nesse processo significa compreender que o avanço da inclusão depende da valorização de sua formação e da qualidade de sua prática. A teoria e a prática demonstram que o sucesso da inclusão está profundamente relacionado às crenças, às competências e à disposição dos professores em adaptar suas metodologias, bem como às expectativas que projetam sobre o desempenho dos alunos. Minimizar esse aspecto equivale a reduzir o problema e comprometer a busca por soluções efetivas.

Ao longo das últimas décadas, a formação docente passou por diversas mudanças. Em muitos países, a duração da formação inicial tem se ampliado, variando entre três e oito anos, tendência que também se observa na América Latina, onde houve um aumento significativo nos anos de escolaridade exigidos para a obtenção do diploma de magistério. Além disso, os professores são preparados em uma ampla diversidade de instituições, que vão desde universidades e institutos superiores até centros municipais, provinciais e escolas técnicas, incluindo também instituições privadas. Em alguns casos, há pessoas que exercem a docência sem possuir certificação formal, o que revela fragilidades no sistema de formação. Outro ponto de debate diz respeito ao conteúdo da formação e à relação entre teoria pedagógica e prática didática, já que, apesar das reformas, ainda persistem lacunas que dificultam a aplicação de metodologias inclusivas de forma consistente.
Outro aspecto relevante é a definição de padrões claros tanto para a formação inicial quanto para a avaliação do desempenho docente. Esses parâmetros são fundamentais para garantir qualidade e coerência na prática educativa, especialmente quando se trata de atender à diversidade.
A inclusão educacional exige que os professores não apenas dominem conteúdos acadêmicos, mas também desenvolvam competências socioemocionais, capacidade de trabalhar em equipe e sensibilidade para lidar com diferentes culturas, línguas e condições de aprendizagem.
É necessário que a formação docente

incorpore temas como educação intercultural, tecnologias assistivas, gestão da diversidade e reflexão crítica, permitindo que os professores questionem modelos excludentes e proponham alternativas inovadoras. Pensar na inclusão educacional, portanto, é pensar em docentes preparados para atuar em contextos complexos, capazes de transformar a escola em um espaço de convivência democrática, onde cada estudante tenha condições reais de aprender e se desenvolver plenamente.

Para que a educação inclusiva se torne realidade, é indispensável que todo o sistema escolar esteja comprometido com essa missão. No âmbito das políticas públicas, isso significa direcionar recursos específicos para programas voltados à inclusão, acompanhados de mecanismos de monitoramento e avaliação que assegurem sua efetividade. Também é fundamental que existam legislações nacionais e acordos regionais capazes de oferecer garantias sólidas para o desenvolvimento de políticas que promovam a equidade e a participação de todos os estudantes.

Nesse cenário, o papel do professor é central. Um educador preparado para a inclusão precisa de uma formação pedagógica ampla, consistente e crítica, capaz de compreender o currículo não como um conjunto rígido de conteúdos, mas como um referencial flexível que se adapta às diferentes realidades e contextos. Surge então uma questão essencial: o que impede a escola de se ajustar às necessidades de cada criança? A resposta passa por diversos fatores, sendo o primeiro deles a rigidez curricular, que muitas vezes exige resultados homogêneos e desconsidera as particularidades, limitações e interesses individuais dos alunos. Essa padronização acaba por transformar a diversidade em obstáculo, em vez de reconhecê-la como riqueza.

A formação docente voltada para a inclusão exige que o professor domine um repertório variado de estratégias didáticas, capazes de atender às especificidades de cada estudante. Isso envolve desde a gestão diferenciada do tempo de aprendizagem até a personalização do processo educativo, valorizando os conhecimentos prévios das crianças e jovens e criando formas de ensinar que dialoguem com suas experiências.

No entanto, a prática escolar ainda é marcada pela predominância da memorização mecânica, pela ausência de conexão entre o que se aprende e a vida cotidiana, e pela exclusão de elementos fundamentais da cultura contemporânea juvenil, como a música, as tecnologias digitais, as redes de informação e os esportes. Essa desconexão gera a percepção de que o aprendizado não tem sentido, tornando o esforço exigido pouco relevante para os estudantes.

Por isso, pensar em inclusão educacional significa também repensar o currículo. É necessário construir propostas que integrem a vida das crianças e jovens, que deem significado às suas atividades e aspirações e que transformem a escola em um espaço de pertencimento. Um currículo contextualizado e vivo pode ser decisivo para reduzir os índices de evasão escolar, garantindo que mais alunos permaneçam nas salas de aula e concluam com sucesso sua trajetória básica de escolarização. A verdadeira inclusão, portanto, não se limita a abrir as portas da escola, mas a assegurar que cada estudante encontre nela um lugar legítimo para aprender, crescer e se desenvolver plenamente.

Os professores preparados para atuar em contextos inclusivos precisam desenvolver competências que ultrapassem o domínio de conteúdos acadêmicos. É essencial que saibam trabalhar em equipe e formar grupos multidisciplinares, capazes de compreender e atender integralmente situações de vulnerabilidade. A formação docente voltada para a inclusão deve valorizar o compromisso social do professor e incorporar competências cívicas, entendidas como aquelas que permitem a convivência e a construção de uma vida coletiva mais justa, em vez de se limitar apenas ao nível de escolaridade ou ao acúmulo de conhecimentos técnicos.

O papel do educador não se restringe a explorar as habilidades já existentes nos alunos, mas também a criar oportunidades para que novas competências sejam desenvolvidas e para que as limitações das crianças com necessidades especiais sejam trabalhadas de forma estimulante e construtiva. Nesse sentido, a escola precisa se tornar um espaço verdadeiramente inclusivo, capaz de acolher estudantes autistas e oferecer metodologias ajustadas às suas necessidades

específicas. Para isso, os profissionais da educação devem estar preparados para lidar com diferentes situações, adotando medidas adequadas que favoreçam a aprendizagem e a participação de todos. A família também exerce um papel decisivo nesse processo. Muitas vezes, a rejeição à diferença começa dentro do próprio lar, o que torna indispensável o envolvimento dos pais e responsáveis. Santos (2008, p.78) observa que: "o autismo ainda é pouco conhecido e que a falta de informação leva muitas famílias a se sentirem isoladas e sem orientação sobre como agir diante da condição de seus filhos".

No Brasil, a trajetória da educação inclusiva tem sido marcada por avanços lentos e por obstáculos conceituais e pedagógicos. Mantoan (2010, p24) destaca que: "ainda existe forte resistência das instituições à inclusão plena e incondicional, em grande parte devido à falta de experiência com a diversidade". Apesar disso, o sistema educacional brasileiro vem passando por mudanças significativas nas últimas décadas.

rículos e metodologias para que todos possam aprender.
De acordo com Rosseto (2005, p. 42):
[...] a inclusão é um programa a ser instalado no estabelecimento de ensino a longo prazo. Não corresponde a simples transferência de alunos de uma escola especial para uma escola regular, de um professor especializado para um professor de ensino regular. O programa de inclusão vai impulsionar a escola para uma reorganização. A escola necessitará ser diversificada o suficiente para que possa maximizar as oportunidades de aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais.

Essas constatações da realidade nos obrigam a repensar profundamente a maneira como as instituições escolares estão organizadas e como o processo de ensino é conduzido dentro das salas de aula. O objetivo é assegurar que todas as crianças, inclusive aquelas em situação de vulnerabilidade — como estudantes com deficiência, crianças em situação de rua, pertencentes a minorias étnicas ou oriundas de contextos sociais desfavorecidos — recebam a mesma qualidade de educação que seus colegas sem desvantagens.

Para que uma escola seja de fato inclusiva, aberta à diversidade e comprometida com a equidade, é necessário transformar não apenas as práticas pedagógicas, mas também a mentalidade que sustenta o planejamento, a avaliação e a formação docente. Isso é especialmente relevante no ensino fundamental, onde se constrói a base da trajetória escolar.
A inclusão, nesse sentido, não se limita a integrar alunos em salas regulares, mas exige uma fusão entre o ensino comum e o especial, além da criação de alternativas que ampliem a qualidade da aprendizagem para todos os estudantes (BELISÁRIO, 2005, p. 98).

A escola inclusiva, portanto, deve acolher cada criança e jovem, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou culturais. Esse compromisso implica enfrentar o desafio de desenvolver uma pedagogia que consiga educar com sucesso a diversidade, reconhecendo e respeitando as diferentes características e necessidades dos alunos. Mais do que mudanças metodológicas, a educação inclusiva exige uma revisão de atitudes fundamentais: é preciso abandonar práticas que marginalizam ou excluem e adotar uma visão que valorize a pluralidade como parte essencial da experiência educativa.
Dessa forma, a inclusão não é apenas uma política ou uma diretriz, mas um processo contínuo de transformação da escola em um espaço democrático, capaz de garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação significativa, que respeite suas singularidades e lhes permita desenvolver plenamente suas potencialidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenho pedagógico diferenciado e individualizado, aliado à estimulação dos processos de ensino e aprendizagem, configura-se como uma abordagem que busca assegurar justiça educacional por meio de uma equidade participativa. Essa perspectiva está diretamente vinculada às práticas inclusivas e parte do reconhecimento da pluralidade existente em cada sala de aula, exigindo dos professores respostas didáticas flexíveis e adaptações que atendam às necessidades específicas de cada estudante. A transição do modelo tradicional, baseado na lógica de "tamanho único", para metodologias que valorizem a heterogeneidade e promovam percursos personalizados de aprendizagem, representa um passo fundamental na construção de uma escola mais justa e inclusiva.
A diferenciação e a individualização, nesse contexto, têm como ponto de partida as demandas dos alunos. A diferenciação se traduz em uma preparação variada e em práticas pedagógicas que reagem às necessidades apresentadas, enquanto a concepção universal da aprendizagem atua de forma proativa, garantindo acesso a todos, independentemente de suas condições. Dessa forma, busca-se responder às especificidades de cada grupo dentro da classe, sem abrir mão de objetivos comuns, como o desenvolvimento de competências em numeramento ou letramento. O que muda é o caminho

limita ao espaço escolar, mas se estende às relações afetivas e sociais, incluindo o ambiente familiar. Há escolas que ainda carecem de preparo para lidar com a diversidade, mas também existem instituições que reconhecem o potencial de autonomia de crianças autistas e estruturam seu ensino a partir dessa visão, adaptando materiais — muitas vezes simples, como reciclados — para favorecer o aprendizado. O cuidado, o carinho e a dedicação do professor, que reserva tempo para planejar e aplicar estratégias adequadas, tornam-se elementos centrais nesse percurso. Fica evidente que o vínculo humano, o afeto e o olhar livre de preconceitos são instrumentos indispensáveis para construir relações de respeito, conquistas e superação.

Apesar dos avanços recentes no Brasil em termos de políticas públicas, tratamentos e intervenções voltados à inclusão, ainda persistem inúmeros desafios para os profissionais da educação, especialmente no atendimento integral à criança e à família. A família, entendida como parte essencial da rede de apoio, precisa ser fortalecida e orientada para desempenhar seu papel de forma eficaz. Nem sempre a relação entre familiares e profissionais é harmoniosa, o que exige do educador a capacidade de propor estratégias que aproximem e convidem todos a colaborar em conjunto.

Conclui-se, portanto, que a efetivação da inclusão depende da união de esforços. É necessário transformar práticas pedagógicas, articular diferentes áreas do conhecimento, investir em ações preventivas, dialogar com as políticas públicas e reorganizar os processos de trabalho. Somente assim será possível atender de maneira eficiente às crianças com defi-i ciência e integrar suas famílias em uma rede de apoio sólida, capaz de garantir o desenvolvimento pleno e significativo de cada estudante.

## REFERÊNCIAS


AINSCOW, M. (2012). Desenvolvimento de escolas inclusivas: ideias, propostas e experiências para melhorar as instituições escolares. Madri: Narcea. 2012.

ARANAIZ, P. Luta contra a exclusão: boas práticas e sucesso escolar. Revista Inovação Educacional, 21, 23-35. Disponível em: http://www.usc.es/revistas/index.php/ie/article/view/22/138. Acesso em 05 dez. 2025.

BELISÁRIO, J. Ensaios pedagógicos: construindo escolas inclusivas. Brasília: MEC, SEESP. 2005.JG.

BIAGGIO, Rita de. A Inclusão de crianças com deficiência cresce e muda a prática das creches e pré-escolas. Revista Criança do professor de educação infantil. MEC, Brasília-DF, 2007, P. 19-26. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/revista44.pdf>. Acesso em 05. dez. 2025.

BOURDIEU, P., & PASSERON J. Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Barcelona: Fontamara. 1996.

BRASIL. Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. BRASIL, 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=84751>. Acesso em 2 dez.2025.

CUBERO, R.; MORENO, M. Relações sociais nos anos escolares: família, escola, companheiros. In: COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs). Desenvolvimento psicológico e educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

DÍEZ, Anabel Moriña. Traçando os mesmos caminhos para o desenvolvimento de uma educação inclusiva. Tradução Grupo Solucion-SP. Inclusão, Revista da Educação Especial. Brasília, 2010. Vol. 5, nº. 1, p. 16-25.

MANCEBO, Maria Ester e Guadalupe Goyeneche. Políticas de inclusão educativa: entre a exclusão social e a inovação pedagógica. Documento apresentado na Mesa "Políticas de inclusão educativa" do IX Congresso da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da República, Montevidéu, Uruguai, setembro de 2010. Disponível em: http://www.fcs.edu.uy/archivos/Table_12_y_17_Mancebo-Goyeneche .pdf. Acesso em 05.dez.2025.

MANTOAN, M. T. E. Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos edu-

cacionais. São Paulo: Scipione, 1988.

_____. O Atendimento Educacional Especializado na educação inclusiva. Inclusão, Revista da Educação Especial. Brasília, 2010. Vol. 5, nº. 1, p. 12-15.

_____. A Integração de Pessoas com Deficiências. São Paulo: Memnon, 1997.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Guia para garantir a inclusão e a equidade na educação. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0025/002595/259592s.pdf. Acesso em 05 dez.2025.

RAWLS , John. Teoria da justiça. México: Fundo de Cultura Econômica, 1971.

ROSSETO, M. C. Falar de inclusão... falar de que sujeitos? In: Lebedeff, T. B. Pereira. Educação especial – olhares interdisciplinares. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. P. 41-55.

SEN, Amartya. Capital humano e capacidade humana in Cadernos de Economia n.29, 1998, pp. 67-72. Disponível em http://www.revistas.unal.edu.co/index.php/ceconomia/article/viewFile/11496/20791. Acesso em: 05 dez.2025.
SANTOS, Ana M. T. Autismo: Desafio Na Alfabetização e No Convívio Escolar. Disponível em < http://www.crda.com.br/tccdoc/22.pdf>. Acesso em 2. março. 2023.

(UNESCO) de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1997.

VAILLANT , Denise. Melhorando a formação e desenvolvimento profissional de professores na América Latina in Revista Pensamento Educacional, vol.41, n.2, 2007, pp.207-22. Disponível em: http://pensamientoeducativo.uc.cl/files/journals/2/articles/424/public/424-941-1-PB.pdf. Acesso em: 5 dez.2025.